

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME DA SILVA COUTO

**MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA A AGROECOLOGIA NO OESTE DO PARANÁ**

MEDIANEIRA

2023

GUILHERME DA SILVA COUTO

**MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA A AGROECOLOGIA NO OESTE DO PARANÁ**

**RURAL SOCIAL MOVEMENTS AND THEIR CONTRIBUTION TO
AGROECOLOGY IN WESTERN PARANÁ**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito à obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Ambiental da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Daniela Câmara.

Coorientador: Prof^o. Dr. Rudy Nick Vencatto.

MEDIANEIRA

2023



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

GUILHERME DA SILVA COUTO

**MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA A AGROECOLOGIA NO OESTE DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito para obtenção do título
de Tecnólogo em Gestão Ambiental da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Data de aprovação: 23/Junho/2023

Carla Daniela Câmara
Doutorado
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Rudy Nick Vencatto
Doutorado
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Valdemar Padilha Feltrin
Doutorado
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

MEDIANEIRA

2023

Dedico este trabalho a todos os camponeses e
camponesas que lutam, produzem e resistem
diariamente no campo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, pelo amor, carinho e apoio incondicional durante todo esse ciclo.

A todos os professores do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, mas principalmente, aos professores Carla Daniela Câmara e Rudy Nick Vencatto pelos ensinamentos e o compartilhamento de ideias neste último semestre, e também, pela oportunidade de escrever este trabalho de conclusão de curso de tamanha importância para nossa história.

Em especial, agradeço ao professor Dalésio Ostrovski, que infelizmente o perdemos no ano de 2019, mas suas palavras e ensinamentos estarão guardados e serão disseminados. Foi ele quem me orientou pela primeira vez na UTFPR e quem me mostrou o “caminho das pedras” da área científica.

Agradeço aos entrevistados referente ao trabalho, a Sr^a Teolide, Sr. Afonso Kamer e o Sr. Roberto Câmara pelo aprendizado durante as entrevistas e por me mostrar um outro lado da história do Paraná, na qual levarei para o resto da minha vida.

Aos meus colegas que compartilharam comigo momentos engraçados, tristes, felizes e de “loucura”, e pela troca de experiências me permitiram crescer como ser humano.

À UTFPR pela oportunidade de intercâmbio (mobilidade Internacional) para a Europa, a qual me fez adquirir uma experiência de vida imensurável.

“Ecologia sem luta de classes é jardinagem.”

(Chico Mendes)

RESUMO

O trabalho teve como objetivo analisar a relação histórica entre os movimentos sociais rurais e o modelo de produção agroecológico na região oeste do Paraná, além de explorar a construção social e as formas de organização desses movimentos. Para isso, foram estabelecidos objetivos específicos, que incluíram a análise da trajetória e do processo de construção dos movimentos sociais na região e a descrição da importância e das relações entre os movimentos e as práticas agroecológicas. Para a execução deste trabalho, adotou-se uma metodologia que combina revisão bibliográfica e entrevistas com três pessoas envolvidas nos movimentos sociais rurais no Oeste do Paraná nas décadas de 1980 e 1990. A revisão bibliográfica envolveu a investigação de artigos e livros sobre o tema, visando identificar as principais contribuições teóricas e práticas nesse campo de estudo. A combinação dessas abordagens metodológicas permitiu uma análise ampla e crítica do desenvolvimento da agroecologia promovido pelos movimentos sociais rurais. A relação entre os movimentos sociais do campo e a agroecologia impacta positivamente diversos pontos relacionados à comunidade humana, incluindo a segurança e soberania alimentar, a valorização das mulheres no campo, a educação campesina, a saúde, a geração de renda, a conservação da biodiversidade e a preservação do solo. Embora a ideia de que a transição agroecológica seja recente e antagônica ao modelo de agricultura convencional, ela vem sendo discutida em debates políticos. Apesar das dificuldades e desafios, a história por trás das lutas dos movimentos sociais camponeses está diretamente ligada ao conceito da agroecologia, no qual incorporam aspectos mais amplos e complexos, como elementos econômicos, ecológicos, sociais, culturais, políticos e éticos.

Palavras-chave: Agroecologia; Movimentos Sociais; Oeste do Paraná.

ABSTRACT

The study aimed to analyze the historical relationship between rural social movements and the agroecological production model in the western region of Paraná, as well as to explore the social construction and organizational forms of these movements. Specific objectives were established, including analyzing the trajectory and process of social movements' construction in the region and describing the importance and relationships between the movements and agroecological practices. To execute this work, a methodology combining literature review and interviews with three individuals involved in rural social movements in the western region of Paraná in the 1980s and 1990s was adopted. The literature review involved investigating articles and books on the subject to identify the main theoretical and practical contributions in this field of study. The combination of these methodological approaches allowed for a broad and critical analysis of the development of agroecology promoted by rural social movements. The relationship between rural social movements and agroecology positively impacts various aspects related to the human community, including food security and sovereignty, the empowerment of women in rural areas, rural education, health, income generation, biodiversity conservation, and soil preservation. Although the idea of agroecological transition is relatively recent and in opposition to the conventional agriculture model, it has been the subject of political debates. Despite the difficulties and challenges, the history behind the struggles of rural social movements is directly linked to the concept of agroecology, which incorporates broader and more complex aspects such as economic, ecological, social, cultural, political, and ethical elements.

Keywords: Agroecology; Social Movements; Western Paraná.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT	Comissão Pastoral da Terra
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ACEMPRE	Associação Central dos Mini e Pequenos Produtores Ecológicos
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APROFFOZ	Associação de Produtores Rurais Familiar de Foz do Iguaçu
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAF	Coletivo Agroecológico da Fronteira
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
COAFASO	Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRAB	Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens
CRABI	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu
ENA	Encontros Nacionais de Agroecologia
GCR	Grupos de Consumo Responsável
IBAMA Renováveis	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento Nacional de Atingidos por Barragens
Masten	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Norte do Paraná
Mastes	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná
Mastro	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MJT	Movimento Justiça e Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
Planapo	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escola
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PT	Partido dos Trabalhadores
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SSAN	Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional
STRs	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E AMBIENTAIS NO BRASIL	15
1.1 Políticas fundiárias	15
1.2 Políticas ambientais	17
2 HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS	19
2.1 Início das lutas camponesas no estado do Paraná	21
2.2 Origem e processo de construção dos movimentos no Oeste do Paraná	22
2.3 Organizações envolvidas e principais lideranças	24
2.4 Demandas e lutas dos movimentos sociais e o papel da Igreja na região	29
3 AGROECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	32
3.1 A agroecologia e sua importância na agricultura familiar	33
3.2 Assistência à produção orgânica de base agroecológica no Oeste do Paraná	35
3.3 A relação entre os movimentos sociais do campo e a agroecologia: impactos para o desenvolvimento sustentável na região	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
FONTES ORAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

INTRODUÇÃO

Estudar as contribuições dos movimentos sociais do campo para a agroecologia é conhecer histórias de lutas sociais e resistência coletiva de trabalhadores e trabalhadoras rurais. É necessário compreender que o progresso gerado pela revolução verde em todas as regiões do Brasil concretizou-se a partir dos mais variados processos de exclusão e exploração de camponeses e agricultores familiares do acesso a recursos e políticas públicas, além da degradação ambiental causada pelas técnicas e processos da agricultura convencional.

Diante disso, conhecer a organização dos movimentos sociais no campo que está presente em diversas regiões brasileiras é de suma importância. No presente trabalho foi retratado um breve histórico dos movimentos da região Oeste do Paraná, apresentando as motivações que os levaram à resistência, suas demandas e lutas, até a contribuição dos mesmos para com as práticas agroecológicas.

A agroecologia surge entre 1960 e 1970 como uma alternativa à agricultura convencional, uma vez que promove a produção de alimentos saudáveis, a conservação da biodiversidade, o uso de técnicas ecológicas e o fortalecimento da agricultura familiar. Ademais, as práticas agroecológicas têm como objetivo proporcionar a justiça social, a equidade no campo, respeitando a cultura e os saberes dos agricultores e valorizando seu papel na produção de alimentos nutritivos, deixando de utilizar agrotóxicos. Portanto, é importante entender como os movimentos sociais rurais têm se apropriado desse conceito e como vêm desenvolvendo as práticas agroecológicas na região.

A temática escolhida para a elaboração da monografia se dá pelo fato da necessidade em lidar com os problemas de caráter ambiental sem desconsiderar sua amplitude, especialmente no que diz respeito a aspectos sociais. Nesse sentido, a agricultura tem um papel fundamental na produção de alimentos e no desenvolvimento socioeconômico do país, especialmente a agricultura familiar na mesorregião Oeste do estado do Paraná (RAHMEIER, 2016). Entretanto, o modelo de produção predominante na região é baseado em práticas insustentáveis que

geram impactos negativos no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores e consumidores.

Diante desse cenário, os movimentos sociais rurais têm desempenhado um importante papel em prol da agroecologia como uma alternativa sustentável, socialmente justa e economicamente viável para a produção de alimentos na região. Contudo, ainda existem poucos estudos que abordam as contribuições desses movimentos para o avanço de uma agricultura ecológica no Oeste paranaense.

Em vista disso, buscou-se estudar a relação histórica entre os movimentos sociais rurais e um modelo de produção agroecológico na região oeste paranaense, bem como, apresentar a construção social e as formas de organização desses movimentos. Esse estudo foi realizado a partir dos objetivos específicos, que foram analisar a trajetória e o processo de construção dos movimentos sociais atuantes na região Oeste do Paraná e descrever a importância e as relações das práticas agroecológicas dos movimentos para com as comunidades humanas.

Desta maneira, para execução do presente trabalho, a metodologia adotada combinou a revisão bibliográfica com a realização de entrevistas com três pessoas envolvidas com os movimentos sociais rurais no Oeste do Paraná entre as décadas de 1980 e 1990. São eles: a Sr^a Teolide Parizotto Turcatel, que fez parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sr. Afonso Kamer, o qual teve envolvimento com o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro) e o Sr. Roberto José Câmara, que atuou como assessor técnico da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (Crabi).

A revisão bibliográfica consistiu em uma abordagem investigativa em artigos e livros acerca do tema, a fim de identificar as principais contribuições teóricas e práticas desse campo de estudo. As entrevistas, por sua vez, percorreram o caminho da História Oral como metodologia, isto é, foram coletadas memórias narradas que auxiliaram na compreensão do presente momento. A combinação dessas duas abordagens metodológicas permitiu uma análise mais abrangente e crítica sobre o desenvolvimento da agroecologia proporcionada pelos movimentos sociais rurais.

Assim, o trabalho conta com três capítulos, sendo o primeiro um recorte histórico dos marcos da legislação ambiental no Brasil, desde a Lei de terras de 1850 até os dias atuais. Foram abordados os principais pontos dessas legislações, especialmente no que diz respeito à questão de terras. Já no segundo capítulo, foi

apresentado um histórico dos movimentos sociais rurais no Oeste do Paraná, desde a década de 1950, a revolução verde até o presente. São relatadas as principais lutas e reivindicações desses movimentos, bem como suas estratégias de organização e mobilização social. Por fim, no terceiro capítulo, são discutidas as relações entre a agroecologia e movimentos sociais do campo na região Oeste do estado do Paraná. São citadas as principais abordagens da agricultura que contribuíram para o desenvolvimento da ciência denominada agroecologia, as práticas agroecológicas adotadas por esses movimentos, bem como suas concepções sobre uma agricultura mais justa e sustentável e a efetivação da agroecologia na região, destacando os principais impactos e as heranças desses movimentos.

1 MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E AMBIENTAIS NO BRASIL

Busca-se neste primeiro capítulo realizar um recorte histórico das principais leis envolvidas na questão de terras no país, bem como das políticas ambientais implementadas no Brasil relacionadas à pesquisa em questão. O entendimento das políticas fundiárias e ambientais é essencial para compreender as bases legais e as transformações que ocorreram no contexto socioambiental brasileiro. Será abordada a evolução das políticas fundiárias, desde os períodos coloniais até os dias atuais, destacando momentos-chave como as reformas agrárias e a legislação relacionada à regularização fundiária. Além disso, serão apresentados os principais marcos das políticas ambientais, evidenciando a trajetória de proteção e conservação do meio ambiente, com ênfase em leis, programas e ações implementadas para favorecer a agroecologia e a produção orgânica. O conhecimento desses marcos históricos proporcionará um embasamento para a análise das relações entre políticas fundiárias, ambientais e os movimentos sociais rurais.

1.1 Políticas fundiárias

Após a colonização do Brasil, no período das capitânicas hereditárias, ocorria o sistema de sesmarias que permitia que a Coroa portuguesa concedesse a exploração de extensões de terra para a produção à uma nobreza europeia e mais

tarde uma elite agrária colonial. Posteriormente, foi estabelecida a primeira Lei de terras de 1850, a qual foi um marco na história da concentração fundiária no Brasil. No entanto, após essa lei, o acesso à terra passou a ser condicionado à compra, o que dificultou muito o acesso dos mais pobres. Essa mudança também contribuiu para o aumento da grilagem, que consiste na falsificação de documentos de posse de terra em larga escala (SILVA, 2018).

Na segunda metade do século XX, no início da ditadura civil-militar em 1964, houve a criação da Lei 4.504 referente ao Estatuto da Terra com o objetivo de modernizar a legislação fundiária brasileira e incentivar o desenvolvimento rural (BRUNO, 1997). No entanto, a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários já estava estabelecida, e a luta pela reforma agrária era vista como uma ameaça aos latifundiários. Assim, a implementação do Estatuto foi marcada por dificuldades e contradições, sendo um dos objetivos do Estado, buscar reprimir os movimentos dessa reforma.

De acordo com a Lei 4.504 de 1964, o objetivo do estatuto é regular os direitos e obrigações a respeito dos bens imóveis rurais, especialmente para execução da reforma e promoção da política agrária. Nesse contexto, a reforma agrária busca propor uma melhor distribuição da terra, respeitando os princípios da justiça socioeconômica. Nela, a justiça social é representada pela função social da terra, que é integral quando favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores que nela existem, mantém níveis satisfatórios de produtividade, assegura a conservação dos recursos naturais e observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Dessa forma, conforme descreve Bruno (1997), o Estatuto da Terra é uma lei que estabelece as regras para a posse e propriedade das terras no Brasil e, portanto, é uma ferramenta importante para os movimentos sociais rurais que lutam pela reforma agrária e pelo acesso à terra. Ele também estabelece mecanismos para a regularização fundiária, o que pode beneficiar os movimentos sociais ao permitir que as áreas ocupadas sejam legalmente reconhecidas como propriedades dos agricultores sem-terra. Ademais, a lei estabelece regras para a desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária, o que pode favorecer a aquisição de terras pelos movimentos sociais.

Posto isto, uma das principais conquistas dos movimentos sociais rurais foi a inclusão do direito à terra na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.629 de 1993

relativo à reforma agrária, que regulamenta o Estatuto da Terra. Essa conquista garantiu a legalidade das ocupações de terra e o reconhecimento do direito de posseiros e agricultores sem-terra à terra que ocupam e na qual produzem. Mesmo enfrentando a repressão do Estado e a resistência dos grandes proprietários de terras, os movimentos sociais do campo conseguiram mobilizar milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais em todo o país e colocar a reforma agrária na agenda política nacional.

1.2 Políticas ambientais

É importante salientar que a legislação brasileira é extensa e abrange diversos temas e setores, como muitas outras leis, decretos e regulamentações. Diante disso, Eduardo Viola e Héctor Leis (1995, apud BARCELLOS, 2010) explicam que a questão ambiental no Brasil passou por um processo de “ambientalização” que se deu em três fases distintas. Na primeira fase, chamada de “bissetorial”, durante a década de 1970, houve uma forte influência internacional sobre o governo brasileiro, estimulando a criação de leis e instituições ambientalistas. Na segunda fase, com a redemocratização política a partir de 1986 após a ditadura militar, surgiu o “ambientalismo multissetorial”, no qual diversos agentes e setores da sociedade se mobilizaram em torno do tema. Nesse período, com a Constituição de 1988, a pauta e os grupos de interesse que a defendiam começaram a ganhar mais destaque na garantia de seus direitos. Já o terceiro momento ocorreu em 1992, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), com a criação de políticas públicas e a promulgação de leis pelo governo. Tudo isso ocasionado pelas pressões internacionais e grandes conferências mundiais que debateram o tema.

Nessa conjuntura, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) teve um papel relevante. Promulgada no ano de 1981, estabeleceu diretrizes fundamentais para a preservação, conservação e melhoria do meio ambiente no Brasil. Com ela, foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), um conjunto integrado de órgãos e entidades responsáveis pela execução da política ambiental. Esse sistema tem como objetivo principal promover a gestão adequada dos recursos naturais, a fiscalização ambiental e a prevenção e controle da poluição. Uma peça-chave do SISNAMA é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), instituído como órgão consultivo e deliberativo. Esse instrumento é responsável,

mediante proposta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) por estabelecer normas e critérios para o licenciamento ambiental, sendo fundamental para o controle e a fiscalização de atividades potencialmente poluidoras (BRASIL, 1981).

Outro marco importante na legislação foi a alteração no Código Florestal Brasileiro de 1965 no ano de 2012. Essa modificação resultou na promulgação de normas gerais da sobre a Proteção da Vegetação Nativa, que foi amplamente discutida e recebeu críticas por caracterizar um forte retrocesso ambiental. É importante ressaltar que essa mudança foi impulsionada, em grande parte, por representantes do setor do agronegócio, que defendiam a flexibilização das normas ambientais visando o desenvolvimento econômico e a expansão da produção agropecuária. Essa alteração provocou debates acalorados entre diferentes setores da sociedade civil, especialistas e organizações ambientais, que enfatizaram os possíveis impactos negativos sobre os ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, bem como sobre as comunidades tradicionais e o equilíbrio ambiental como um todo (RORIZ e FEARNSSIDE, 2015).

Referente à agricultura orgânica, a Lei 10.831, promulgada em 23 dezembro de 2003, tornou-se um marco importante para a legislação dos produtos orgânicos no Brasil, desempenhando um papel fundamental na promoção e no desenvolvimento da agricultura orgânica no país. Essa lei estabelece os padrões e as diretrizes para a produção, certificação (por auditoria ou participativa) e comercialização dos produtos orgânicos. Além disso, contribui para o fortalecimento do setor, proporcionando confiança aos consumidores e assegurando a qualidade e a autenticidade dos alimentos produzidos de forma orgânica no Brasil (BRASIL, 2003).

Mais tarde, foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) em 20 de agosto de 2012, que tem como objetivo principal integrar e articular políticas, programas e ações que impulsionam a transição agroecológica e a produção orgânica como formas de desenvolvimento sustentável. A PNAPO é respaldada pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que foi construído de forma participativa, envolvendo representantes de diversos setores da sociedade, incluindo movimentos sociais e organizações rurais. Essa política visa promover a agroecologia, a agricultura familiar, a segurança alimentar, a conservação da biodiversidade e a valorização dos conhecimentos

tradicionais. Ademais, busca fortalecer a produção orgânica, ampliar o acesso a mercados, fomentar a pesquisa e a inovação em agroecologia, além de garantir a participação social e a inclusão de populações tradicionais (BRASIL, 2012).

2 HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

Os movimentos sociais rurais lutam por transformações sociais, políticas e econômicas no campo, resistindo às desigualdades históricas da concentração fundiária e da exploração do trabalho. Essa luta tem como objetivos a conquista da terra, a reforma agrária, a valorização das práticas e conhecimentos camponeses, e a busca por condições dignas de trabalho e qualidade de vida no campo (FABRINI, 2003). Nesse contexto, no segundo capítulo será evidenciado um breve histórico desses movimentos, apresentando suas origens e estratégias de luta e resistência.

De acordo com Fabrini (2003), os relatos de resistência dos camponeses são completamente importantes para os estudos da questão agrária, destacando que essas manifestações estão relacionadas com a expansão do capitalismo no campo. Por muito tempo, os camponeses foram excluídos do debate político e se pensava que eles eram incapazes de fazer história. A aliança proposta foi subordinada e dirigida pela classe operária, assim, esse entendimento ocorreu porque o pensamento predominante de esquerda foi o de que a expansão das relações capitalistas no campo ocorre de forma semelhante à da indústria, o que não permitia lugar para a produção camponesa.

No entanto, a expansão das relações capitalistas no campo acontece de forma desigual e contraditória, o que permite a criação e recriação das relações anticapitalistas. Através de sua luta e resistência, os camponeses vão construindo o seu lugar social e são capazes de realizar ações coletivas com conteúdo político e ideológico de classe, como as lutas para entrar na terra e nela permanecer. Essas lutas são exemplos de como os camponeses se constituem como sujeitos políticos, garantindo sua existência no sistema adverso do capitalismo (MEZZOMO, 2009).

Nesse viés, Miranda e Fiúza (2017) relatam que, na década de 1950, os movimentos sociais rurais tiveram destaque com as Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil, mas se tornaram clandestinos nos anos 1960 e 1970. Nesse período, houve uma série de restrições às liberdades civis, perseguições políticas, censura à imprensa e violações dos direitos humanos. Dessa forma, as Ligas Camponesas

foram alvo de repressão e muitos de seus líderes foram exilados, presos, ou até mesmo assassinados. Nesse contexto, durante o golpe de 1964, houve a implementação de um pacto agrário, o qual foi caracterizado por uma modernização técnica na agricultura e integração com a indústria. Assim, o regime militar via esses movimentos como uma ameaça às elites rurais. Conseqüentemente, esse processo manteve as relações arcaicas de propriedade da terra, mantendo as oligarquias rurais detentoras de grandes extensões de terras. Apesar da modernização, as estruturas agrárias profundamente desiguais e concentradas foram preservadas, perpetuando as desigualdades e injustiças na questão agrária brasileira (GUHUR; SILVA, 2021).

Nos anos 1980, os movimentos retornaram com a ajuda da igreja católica e partidos políticos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT). Isso porque a modernização agrícola no campo brasileiro teve conseqüências negativas para a população rural, incluindo trabalhadores assalariados, camponeses e suas famílias, como a exploração e marginalização. Como resultado, esses diversos grupos começaram a se organizar para resistir aos problemas decorrentes desse processo de modernização (MIRANDA; FIÚZA, 2017).

A organização dos assentados desempenha um papel fundamental na busca pelos objetivos coletivos. Ela é vista como um instrumento de ação coletiva, envolvendo diferentes grupos e pessoas de forma estável. Essas ações estão relacionadas a um objetivo estabelecido entre os indivíduos que surgem de problemas que só podem ser resolvidos coletivamente ou de metas específicas, como acesso à terra ou comercialização de produtos. A ação coletiva não é algo natural, mas uma construção social que apresenta desafios quanto à sua emergência e manutenção. Os processos organizativos dependem dos indivíduos envolvidos e do contexto em que estão inseridos (cultural, histórico e/ou político) (LAZZARETTI, 2003). De acordo com o mesmo autor, no desenvolvimento do capitalismo no campo, a posse da terra por si só não garante a sobrevivência dos trabalhadores rurais, sendo necessário encontrar um equilíbrio adequado entre trabalho, produção e consumo, atrelado ao associativismo para sua permanência no campo.

2.1 Início das lutas camponesas no estado do Paraná

A resistência do campesinato no Paraná está enraizada em uma série de lutas históricas que ocorreram no campo brasileiro ao longo do tempo. Entre essas lutas, destacam-se a Guerrilha de Porecatu e a Revolta do Sudoeste, que marcaram o início da organização camponesa no estado do Paraná. Esses eventos históricos foram momentos-chave em que os agricultores se mobilizaram para reivindicar direitos, terras e melhores condições de vida, estabelecendo um legado de resistência que influencia as lutas sociais e políticas no campo do século XXI (ROOS, 2013).

Em 1944, como resposta às condições precárias e à luta pela posse de suas terras, foram fundadas duas Associações de Lavradores, que se tornaram os primeiros pilares organizativos dos camponeses no país (MOCELLIN, 2018). Após alguns anos, relativamente à Revolta de Porecatu, Roos (2013) menciona em sua pesquisa que, entre os anos de 1948 e 1951, o Norte do Paraná testemunhou intensos conflitos com a formação da chamada "Guerrilha de Porecatu", nome dado pela imprensa na época. Nesse período, os camponeses-posseiros se armaram para resistir à transferência de terras devolutas de Jaguapitã e Porecatu para grandes proprietários rurais pelo governo estadual.

Conforme o mesmo autor, no Sudoeste paranaense, na década de 1950, houve conflitos semelhantes. Os camponeses foram expulsos de suas terras devido a uma manobra do governo estadual, que as concedeu a uma empresa colonizadora. Em resposta, os camponeses se organizaram em "assembleias gerais do povo" e "juntas governativas", avançando para a cidade de Francisco Beltrão. Lá, expulsaram as autoridades constituídas, tomaram a estação de rádio local e asseguraram a posse de suas terras. Esses episódios representam momentos cruciais de resistência e luta pelo direito à terra e à posse no Paraná.

Consoante à obra de Mocellin (2018), a região de Porecatu desempenhou um papel fundamental na história do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao introduzir a prática da aliança operária-camponesa, estabelecida pela primeira vez na região. Além disso, Porecatu foi o berço da palavra "camponês" como termo para descrever os trabalhadores rurais sem terra, arrendatários, colonos e pequenos produtores. A região também foi palco do primeiro decreto de desapropriação de terras para fins

sociais no Brasil, evidenciando sua relevância na luta pela reforma agrária e na abordagem dos desafios enfrentados pela revolução brasileira.

O mesmo autor ainda descreve que, durante a resistência, 12 Ligas Camponesas foram criadas nessa área, representando a união e a determinação dos posseiros em garantir seus direitos. Apesar de o conflito ter chegado ao fim, o trabalho de organização camponesa não cessou. Pelo contrário, dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais foram fundados por comunistas ao longo dos anos nas regiões norte, noroeste e oeste do Paraná, solidificando o movimento e ampliando sua influência. Esses acontecimentos marcantes em Porecatu deixaram um legado significativo na história política e social do país, contribuindo para a conscientização e organização dos movimentos operário e camponês em busca de justiça e igualdade.

2.2 Origem e processo de construção dos movimentos no Oeste do Paraná

O Oeste do Paraná se tornou um destino atrativo para migrantes na década de 1940, quando agricultores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul se deslocaram em busca das oportunidades oferecidas pela região como nova fronteira agrícola. Dessa forma, Mocellin (2018) explica que essa colonização¹ resultou na ocupação de áreas habitadas por populações indígenas, principalmente Kaingang e Guarani. Em consequência, de acordo com Kamer (2023)², foi nas décadas de 1960 e 1970 que ocorreram transformações significativas impulsionadas pela modernização agrícola e pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu, localizada em Foz do Iguaçu. Com isso, houve a expropriação dos “caboclos” como eram chamados os que viviam nessa região, de forma que, alguns deles foram expulsos devido à falta de títulos de propriedade, enquanto outros deixaram as áreas por não se adaptarem ao sistema de vida, migrando para regiões ainda não desmatadas. Em suma, essas mudanças alteraram drasticamente a paisagem, o processo produtivo e as relações sociais.

Conforme estudos de Mezzomo (2009) no livro “Memória dos movimentos sociais no Oeste do Paraná”, a modernização agrícola introduziu novas tecnologias

¹ Terras concedidas pelo Estado para companhias privadas (firmas colonizadoras) que organizavam a colonização vendendo estas propriedades.

² KAMER, Afonso. Entrevista concedida em 05 de maio de 2023. Realizada por Guilherme da Silva Couto, na residência dele em Medianeira/PR.

de cultivo, impactando a forma como a terra era trabalhada e promovendo uma intensificação da produção. Ao mesmo tempo, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu trouxe grandes mudanças na ocupação territorial, resultando no êxodo rural, à medida que famílias foram deslocadas de suas propriedades para dar lugar ao lago formado pela usina. Além disso, a construção da Itaipu também teve um efeito significativo em Foz do Iguaçu, onde houve um experimento populacional na cidade com a chegada de milhares de profissionais da construção civil em busca de emprego na usina. Essa expansão urbana também foi acompanhada por um crescimento do setor imobiliário e especulação da terra.

Em paralelo a essas transformações socioeconômicas, o mesmo autor relata que a Igreja Católica paranaense buscou se estruturar e coordenar suas ações. A criação das dioceses de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu foi um reflexo desse esforço de organização e presença religiosa na região. Essas dioceses tinham como objetivo atender às necessidades espirituais e sociais da população em constante mudança.

No contexto dessas transformações, os trabalhadores rurais expropriados durante o processo de construção da hidrelétrica enfrentaram desafios significativos. Suas reivindicações e protestos buscavam a justa indenização, muitas vezes exigindo a compensação com terra, para preservar sua identidade como camponeses e continuar trabalhando na agricultura. Todas essas mudanças afetaram profundamente a mentalidade, as representações e os valores da sociedade no Oeste do Paraná. A modernização, a urbanização acelerada e as interferências na organização do espaço e da produção econômica, social e cultural geraram desafios e conflitos, que se refletiam nos movimentos sociais e nas lutas dos trabalhadores rurais e urbanos por seus direitos e condições de vida dignas (MEZZOMO, 2009).

De maneira concisa, os movimentos sociais rurais no Oeste do Paraná surgiram como resposta às transformações socioeconômicas ocorridas na região ao longo das últimas décadas, e se consolidaram como importantes atores na luta pela justiça social, pelo desenvolvimento sustentável e pela defesa dos direitos dos trabalhadores do campo.

2.3 Organizações envolvidas e principais lideranças

A CPT teve sua origem no Sudoeste e expandiu-se em direção ao Oeste e Norte do Estado, acompanhando os movimentos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essas CEBs surgiram para lidar com questões locais e específicas, mas logo desenvolveram uma consciência de luta mais ampla. Na região Sudoeste, a realidade enfrentada pelos pequenos agricultores, que estavam sendo absorvidos pelas grandes propriedades, era alarmante. No Oeste, foi destacado o problema da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que apenas acelerava o processo de expansão das grandes propriedades. No Norte, as comunidades envolveram-se na luta para afastar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) do peleguismo³ e transformá-lo em um instrumento autêntico de luta para os pequenos agricultores (MEZZOMO, 2009).

Inicialmente, conforme o mesmo autor, a função da CPT era fornecer apoio ideológico e respaldo aos movimentos que surgiam das CEBs onde elas existiam. Na região metropolitana de Curitiba, as CEBs não alcançavam o campo e concentravam-se nas lutas urbanas, enfrentando desafios significativos diante da postura conservadora do clero atuante na área. A região Oeste desempenhava um papel crucial ao conectar o Sudoeste e o Norte do Paraná, tendo como ponto central o movimento dos expropriados de Itaipu. Assim, geograficamente, a CPT estava situada onde havia a oportunidade de cumprir seu papel histórico. Porém, após uma maior visibilidade do movimento pela mídia nacional, a sede da CPT foi transferida de Marechal Cândido Rondon para Curitiba, e essa mudança para capital foi, no mínimo, um erro estratégico, senão uma manobra intencional para esvaziá-la.

Em entrevista dada para o livro de Mezzomo (2009, p. 38), o pastor Gernote Kirinus relata que:

“Nos grupos de reflexão, explorava-se amplamente o imaginário bíblico. As metáforas utilizadas já faziam parte do imaginário popular e serviam como referências simbólicas, onde podiam relacionar os fatos da realidade social. Portanto, projetos, boletins e documentos como "O Mausoléu do Faraó", "A Marcha do Povo de Deus", "A Arca de Noé" e "Itaipu: a pedra que encanta e desencanta" contribuíram para alimentar uma consciência crítica da realidade vivida. Quando a ameaça de inundação de Itaipu tornou-se concreta e visível com a visita dos técnicos encarregados de avaliar as propriedades a serem indenizadas, quase todas as comunidades religiosas, tanto católicas quanto luteranas, já possuíam grupos de reflexão”.

³ Denominação dada a membros de sindicatos que agiam sob inspiração do Ministério do Trabalho ou de políticos ditos trabalhistas. [Figurado] Pessoa servil, dominada por outra; entende-se por capacho.

Essa base foi fundamental para uma mobilização rápida da população que seria afetada pelas águas de Itaipu. Além da mobilização, também havia uma compreensão clara de como enfrentar os argumentos técnicos, cuja linguagem era dominada apenas pelos especialistas. Mantiveram-se firmes em sua posição, reivindicando o direito à terra concedido por Deus, que lhes garantia sustento. Tanto é que, na primeira proposta aprovada na Assembleia Popular em Santa Helena, em julho de 1980, não se discutiu o valor das indenizações, mas sim propôs-se a troca de terra por terra. Essa consciência e proposta emergiram dos grupos de reflexão (MEZZOMO, 2009).

Conforme explica Brenneisen (2002), tanto durante o Movimento Justiça e Terra (MJT) no final da década de 1970, como no período de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o lado progressista das igrejas católica e luterana (que estavam alinhadas à Teologia da libertação⁴) estiveram ativamente presentes, oferecendo colaboração por meio da CPT. Na realidade, o papel desempenhado pela Igreja, nessa fase inicial, foi muito mais do que simples apoio ou assessoria. Naquela conjuntura histórica, coube à Igreja assumir um papel de liderança política na luta dos trabalhadores. A maneira como essa atuação se desenvolveu conferiu ao Movimento características políticas e religiosas, elementos que marcaram os primeiros anos de organização.

Através dessa forma de organização, estabeleceram-se acampamentos que serviram de cenário para assembleias diárias. Essa estrutura proporcionou um notável crescimento político e social, além de incitar a coragem de reivindicar direitos. A experiência adquirida durante as lutas de Itaipu serviu como base para o surgimento de um movimento robusto de agricultores sem terra no Oeste em 1981, conhecido como Mastro. Esse movimento se fortaleceu ao se inspirar nos princípios de união e mobilização observados nas batalhas anteriores, e se tornou uma voz ativa na busca por justiça e igualdade para os trabalhadores rurais desfavorecidos (FABRINI; ROOS; MARQUES, 2007).

No entanto, Moraes Junior (2010) reforça que a formação do Mastro não foi resultado apenas da mecanização no campo. Foi também impulsionado pela dificuldade de serem reconhecidos em uma única categoria de trabalhadores, o que

⁴ A Teologia da Libertação é um movimento sócio-eclesial que emergiu na década de 1960, principalmente dentro da Igreja Católica, e teve como objetivo central oferecer uma resposta à realidade social e às injustiças vivenciadas pela população pobre e oprimida. Práxis política de teólogos, como de Leonardo Boff (CAMILO, 2011).

gerou, paradoxalmente, união ao invés de divisões. Além disso, a falta de acesso à educação e a necessidade de sustentar a família e criar os filhos também contribuíram para o movimento. A visão de que a cidade não era um espaço acolhedor para aqueles que nasceram e cresceram na roça também desempenhou um papel significativo. Nesse contexto, todos esses fatores se combinaram e culminaram na formação do Mastro, um movimento que representava os anseios e desafios dos agricultores sem terra, que buscavam não apenas melhores condições de trabalho, mas também o reconhecimento de sua identidade e a valorização de suas raízes rurais.

As mobilizações e lutas dos agricultores sem terra não se limitaram apenas ao Paraná, mas se estenderam por outros estados do Sul, Sudeste e Centro do país. Essa convergência de esforços culminou em um importante evento, o Encontro de Trabalhadores das regiões Sul, Sudeste e Centro, realizado na cidade de Medianeira em 1982. Esse encontro serviu como um marco para a coordenação do movimento, que passou a promover ocupações de diversos latifúndios em diferentes regiões.

Conforme entrevista realizada com Kamer (2023), entre as ocupações notáveis, destacam-se as fazendas Anoni e Cavernoso em Cantagalo em 1983, a fazenda Giacomet-Marodin em Chopinzinho em 1983, o Quinhão 11 em Sertaneja em 1983 e a fazenda Imaribo em Mangueirinha no ano de 1984. Essas ocupações foram importantes momentos de resistência e reivindicação por parte dos trabalhadores rurais sem terra, que buscavam a redistribuição da terra e melhores condições de vida e trabalho.

O entrevistado ainda afirma que essas ações no Paraná deram origem a várias frentes de luta em todo o estado, como o Masten (Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Norte do Paraná) no Norte do Paraná e o Mastes (Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná) no Sudoeste, entre outros movimentos semelhantes que surgiram. Essas frentes de luta representavam a união e a determinação dos agricultores sem terra em diferentes regiões, buscando justiça social, igualdade e o direito à terra, elementos fundamentais para a melhoria das condições de vida das famílias rurais.

Nós fizemos a primeira ocupação de fazenda aproximadamente em 1983 na fazenda Cavernoso em Cantagalo/PR), foi a primeira ocupação organizada pelo Mastro aqui no Estado. Uma fazenda confiscada, pois, seus proprietários tinham plantação de maconha, então foram presos e a fazenda apreendida. Então foram acontecendo ocupações de fazendas, organizadas por esses movimentos que existiam. Em 1982, eu participei de um encontro nacional dos movimentos da luta pela terra em Goiânia/GO. Esse encontro decidiu um próximo encontro em 1984 realizado na cidade de Cascavel/PR que decidiu pôr um nome único, o chamado MST (Movimento dos trabalhadores sem terra), fazendo a junção do Mastro com os outros movimentos para se criar um movimento único em nível nacional. Em 1985, o então Secretário de Agricultura do Governo Requião, abriu o parque de exposições Castelo Branco de Curitiba para realizar o primeiro congresso nacional que definiu as grandes linhas de atuação, e lá, o lema "Ocupar, resistir, produzir" foi criado (KAMER, 2023).

O MST surgiu como uma resposta à política de desenvolvimento agropecuário durante o regime militar no Brasil. Representando a resistência contra a expropriação e exploração capitalista, o movimento reafirma a identidade camponesa, desafiando a visão de improdutividade imposta pelos poderosos. Através de suas experiências na cultura popular, o movimento encontra força para se organizar espacialmente e lutar por uma reforma agrária justa. O MST simboliza a esperança e resistência dos trabalhadores rurais, desafiando o poder estabelecido e buscando dignidade e direitos para aqueles que foram marginalizados (FERNANDES, 1996).

Bermann (2003) afirma que, ao longo da história, diversos eventos e movimentos sociais têm evidenciado os impactos das grandes obras e empreendimentos no campo brasileiro. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu, por exemplo, afetou mais de 40 mil pessoas, resultando em deslocamentos forçados e perdas territoriais. Paralelamente a criação do Mastro, na região fronteira entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens (Crab) também foi criada, destacando-se como um movimento representativo dos impactos causados por barragens. A atuação do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens (MAB), posteriormente, demonstra que os problemas, dívidas e riscos ambientais relacionados a essas obras só têm se intensificado ao longo dos anos. Essas experiências ressaltam a necessidade de se enfrentar os desafios socioambientais decorrentes desses empreendimentos e garantir o respeito aos direitos das comunidades afetadas.

O surgimento da Crabs, incluindo a Crabi, teve origem quando o Estado planejou a construção de grandes obras, como a usina hidrelétrica de Itaipu, com um investimento maciço de 10 bilhões de dólares, em nome do "desenvolvimento".

Conforme Ribeiro (2002) explica em seu trabalho, a construção de Itaipu marcou o surgimento dos "Novos Movimentos Sociais Rurais" no Paraná, uma vez que o tamanho grandioso do empreendimento acarretou profundas mudanças sociais, culturais e econômicas na vida das pessoas diretamente afetadas pela construção da usina, bem como indiretamente.

O mesmo autor também relata que a formação desses movimentos sociais no Paraná teve um impacto direto nas mobilizações das comunidades afetadas, buscando resolver os problemas decorrentes das instalações das usinas e considerar suas reivindicações. Esses movimentos políticos surgiram a partir das experiências vividas pelos indivíduos, que conquistaram importantes espaços de forma pacífica por meio de suas ações, reduzindo os efeitos trágicos aos quais essas populações são submetidas durante a construção desses grandes empreendimentos.

No caso de Salto Caxias, a formação da Crabi teve como objetivo unir esforços e lutas da população em torno de objetivos e metas compartilhadas. Essa comissão foi estabelecida após visitas realizadas pelos habitantes de Salto Caxias a outras áreas afetadas pelo deslocamento compulsório. Ao testemunharem as condições precárias enfrentadas pelas populações nessas regiões e a falta de atenção por parte das empresas e empreiteiras, a decisão de criar um movimento local para unir a população foi tomada (RIBEIRO, 2002).

Famílias de vários municípios do entorno, algumas optaram por aceitar um recurso financeiro e outras optaram por receber um novo pedaço de terra, e nesse grupo havia colonos, bugres e caboclos, e cada um tinha seu modo de vida. Foram 600 famílias que escolheram ser reassentadas pela Crabi. Então, alguns grupos ficaram mais próximos do Rio Iguaçu, em Três Barras, Nova Prata e Boa Esperança, e os demais foram para a região de Cascavel (CÂMARA, 2023)⁵.

Entretanto, após as famílias se mudarem para o reassentamento, observou-se que o movimento da Crabi chegou ao fim e, a partir desse momento, algumas associações de moradores assumiram a responsabilidade de buscar melhorias para a comunidade local. Segundo relato de uma moradora do reassentamento no trabalho de Derrosso e Ichikawa (2012), os autores perceberam que a Crabi alcançou seus objetivos como um movimento organizado, e agora os moradores adotaram uma nova forma de mobilização por meio das associações de moradores

⁵ CÂMARA, Roberto. Entrevista concedida em 04 de maio de 2023. Realizada por Guilherme da Silva Couto, no Campus da UTFPR em Medianeira/PR.

do bairro. Nessa lógica, Câmara (2023) diz que “Pela Crabi, as pessoas tiveram um crescimento cultural, mais oportunidades para acessar escolas e receberam orientações técnicas e de conhecimento”.

2.4 Demandas e lutas dos movimentos sociais e o papel da Igreja na região

No livro de Mezzomo (2009), é narrado o engajamento dos pastores Gernote Kirinus e Werner Fuchs, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, e do padre Adriano Van de Ven, da Igreja Católica, na região do Oeste paranaense. Eles descrevem de que forma se envolveram e lutaram em prol da causa dos camponeses expropriados de Itaipu, indo além de simples observadores dos acontecimentos históricos. Por meio de suas ações combativas contra o poder opressor, eles se tornaram verdadeiros defensores incansáveis dessa causa.

Acerca do padre Adriano, Marin (2022) relata em seu livro (em fase de pré-publicação) que ele é oriundo dos Países Baixos, chegou ao Brasil em 1965 e assumiu a posição de pároco na Paróquia Nossa Senhora Medianeira em 1972. De acordo com Mezzomo (2009), as ações do padre refletem uma renovação eclesial no Oeste do Paraná, marcada por sonhos, conflitos e acertos pastorais. Atuando em Medianeira, uma paróquia com diversas comunidades rurais e urbanas, ele enfrentou desafios como a crise dos frigoríficos e os fluxos migratórios resultantes da mecanização agrícola e da construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Problemas que contribuíram para um ambiente social instável na região.

No contexto da renovação eclesial, o mesmo autor destaca a formação das CEBs, a realização de cursos sobre a realidade brasileira, sindicalismo e organização popular relatado pelos sacerdotes. Essas iniciativas resultaram na multiplicação de líderes comunitários, formação de grupos de jovens e fortalecimento do movimento sindical. A Igreja matriz de Medianeira serviu como espaço para assembleias populares, mobilizações e elaboração de documentos reivindicatórios promovidas pela CPT bem como por movimentos como MJT e o MASTRO. Essa realidade é fruto de intervenções individuais e está inserida em uma conjuntura político-social.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) foi o berço dos movimentos em que levava conhecimento sobre política, ideias da paróquia, de libertação (a bíblia da teologia da libertação). Havia formação de líderes na paróquia, levando conhecimento para as comunidades, famílias e grupos, falando sobre ecologia, preservação ambiental, da despoluição das águas e levando o tema dos produtos orgânicos, sem o uso dos agrotóxicos. Na formação também havia estudos sindicais, sobre o socialismo, marxismo, cristianismo e questões sociais (TURCATEL, 2023)⁶.

No entanto, o padre holandês resistiu o máximo que pôde, até ser substituído em 1982 por Thomas Hughes, o quinto pároco de Medianeira. Hughes desempenhou um papel fundamental no fortalecimento das CEBs, contando com a compreensão de Dom Olívio Fazza, bispo da Diocese de Foz do Iguaçu. Ele expandiu a participação do clero, estabelecendo 23 pastorais, como a pastoral da juventude, das mulheres, de estudos bíblicos, formação política, operária, agrária e catequese. Além disso, Hughes demonstrou um apoio inabalável ao Mastro (MARIN, 2022).

O professor Marin também contou em seu livro que em 30 de junho de 1984, 124 famílias desalojadas pela Fazenda Mineira foram acolhidas no pátio da Igreja Matriz de Medianeira, formando um acampamento de sem-terra. Após discursos políticos, doações e insultos, os agricultores foram reassentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), recebendo cerca de 14 hectares de terra por família. O assentamento passou a ser chamado de Assentamento Sávio, em homenagem a Miguel Sloar Sávio, líder sindical. Em 2 de julho de 1989, a cidade foi palco da 5ª Romaria da Terra, com a participação de mais de mil trabalhadores, que ocuparam a nova Igreja Matriz para um culto ecumênico.

Nesse contexto de lutas dos assentados, o MST é um exemplo de movimento social no campo que organiza coletivamente os trabalhadores rurais e que é fruto dos esforços, das lutas e das formações ministradas pelas CEB's ligadas às igrejas católicas e luteranas, buscando conquistar terras e promover o desenvolvimento econômico dos assentados. Além disso, o MST se baseia em uma ideologia socialista, que visa atender aos anseios do movimento de uma maneira mais ampla, sendo considerado uma forma avançada de organização da produção (MST, 1997).

Nessa perspectiva, a simples obtenção de um assentamento não é suficiente para garantir a viabilidade econômica do trabalhador rural como produtor ativo. Para alcançar resultados concretos, são propostas experiências coletivas de gestão do

⁶ TURCATEL, Teolide Parizotto. Entrevista concedida em 04 de maio de 2023. Realizada por Guilherme da Silva Couto, no Centro Popular de Saúde Yanten em Medianeira/PR.

assentamento e da produção. Essa abordagem busca preservar e adquirir os meios de produção, como terras e máquinas, ao mesmo tempo em que busca melhorar a qualidade de vida dos assentados (LAZZARETTI, 2003).

Segundo o MST, a luta pela terra e sua conquista não é o fim da jornada, mas sim o começo de uma luta constante pela sobrevivência. O movimento reconhece que, na lógica da produção capitalista, o pequeno produtor não é verdadeiramente livre, apesar de possuir a propriedade da terra e dos meios de produção, e ter a ilusão de viver sem um patrão. Essa compreensão impulsiona o MST a continuar lutando por melhores condições de vida e trabalho para os agricultores familiares. (MST, 1993).

Após realizarem a ocupação, levantarem acampamento e organizarem o assentamento, as famílias buscam melhores formas de sobrevivência, e uma delas é encontrar um novo modelo de agricultura, que beneficie a comunidade e o meio ambiente, neste caso, a agroecologia.

Podemos ver que poucos acampamentos são levantados atualmente, pois os assentados de hoje estão investindo na área educacional. É muito difícil juntar uma quantidade boa de famílias nas periferias hoje em dia. O povo que era para lutar por terra, a maioria já fez isso. Hoje a luta é pela sobrevivência da melhor forma já sobre a terra e não novas ocupações (KAMER, 2023).

Corroborando com esse novo modelo de agricultura, Borges (2007) afirma que o marco fundamental na mudança de paradigma de produção adotado pelo MST ocorreu durante o 4º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, nos anos 2000. Foi nesse congresso que foram estabelecidos os compromissos relacionados à questão ambiental que o movimento assumiria. Durante o evento, foram estabelecidas as bases para uma nova luta política e práticas produtivas voltadas principalmente para a agroecologia, que se tornou o foco principal do projeto de transformação social almejado pelos assentados. Os novos princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável foram direcionados para os assentamentos rurais, iniciando as estratégias de transição agroecológica. Esse momento foi crucial para impulsionar as mudanças necessárias na forma como o MST abordava a produção agrícola, priorizando a sustentabilidade ambiental e promovendo a construção de um modelo agrícola mais equitativo e harmonioso com a natureza.

3 AGROECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Antes de iniciar o último capítulo, é importante frisar que a área da história ambiental está intrinsecamente relacionada com a temática da pesquisa e tem sido enriquecida pelas ações dos movimentos sociais do campo desde a década de 1970 até os dias atuais. De acordo com Pádua (2010), os historiadores ambientais foram desafiados por mudanças epistemológicas que emergiram no século XX, mas que já estavam em processo desde os séculos anteriores, no que diz respeito ao entendimento do mundo natural e do seu papel na vida humana. A título de exemplo, a concepção de que a atividade humana é capaz de gerar um efeito significativo no meio ambiente, chegando até mesmo a causar sua deterioração; a revolução na forma de compreender a cronologia do mundo; e a percepção da natureza como uma narrativa, como um processo de estruturação e reestruturação no decorrer do tempo.

Nesse contexto, sabe-se que os povos originários e camponeses desempenharam um papel crucial como os primeiros agricultores, criadores e pesquisadores. Ao longo das gerações, eles identificaram e preservaram espécies úteis, desenvolveram técnicas de trabalho adaptadas e configuraram agroecossistemas. Eles garantiram o fornecimento de alimentos, mesmo sob exploração e opressão, e estiveram envolvidos em revoltas e revoluções de transformação social (Tardin, 2012).

Nesse sentido, a partir do século XXI, os movimentos sociais rurais estão cada vez mais em busca de alternativas sustentáveis para a produção de alimentos e a transição agroecológica tem sido uma abordagem importante adotada por eles. Esses movimentos têm buscado romper com os modelos convencionais de agricultura, que são altamente dependentes de insumos químicos e de práticas de monocultura, visando uma agricultura mais sustentável e em harmonia com o meio ambiente.

Relativo ao cenário, o último capítulo desta pesquisa aborda a estreita relação entre a agroecologia e os movimentos sociais rurais. Essa convergência entre a agroecologia e os movimentos têm impulsionado transformações significativas no campo, promovendo práticas agrícolas mais sustentáveis e fortalecendo comunidades rurais. Assim, são explorados os principais aspectos dessa relação simbiótica, destacando as contribuições dos movimentos sociais para o avanço da

agroecologia e os impactos positivos que essa abordagem tem gerado na busca por um sistema alimentar mais sustentável e inclusivo.

3.1 A agroecologia e sua importância na agricultura familiar

É fundamental estabelecer uma clara distinção entre os conceitos de agricultura familiar, agricultura orgânica e outras práticas de agricultura que contribuíram no último século e sintetizaram no termo agroecologia, pois, embora compartilhem certos elementos, cada um deles possui características e abordagens diferentes.

A agricultura familiar, assim como a agricultura convencional, pode envolver o uso de agrotóxicos, sementes selecionadas, transgênicos e adubos químicos. No entanto, conforme relata Kamer (2023) em entrevista, a principal diferença é que na agricultura familiar a atividade é executada pela própria família, sem a contratação de mão de obra terceirizada. Porém, em 24 de julho de 2006, foi decretada a Lei nº 11.326, conhecida como Política Nacional da Agricultura Familiar, que estabelece diretrizes e apoio para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. A Lei reconhece a importância desse segmento para a segurança alimentar, a preservação ambiental e o desenvolvimento rural sustentável. Ela estabelece medidas de acesso à terra, crédito, pesquisa, assistência técnica, comercialização e políticas de fomento à produção e ao desenvolvimento da agricultura familiar voltadas para a reforma agrária. A lei também visa promover a inclusão social, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país (BRASIL, 2006).

Já o termo agricultura orgânica apareceu pela primeira vez na década de 1940, quando Albert Howard realizou estudos sobre compostos baseados na mistura entre excrementos animais, materiais orgânicos e cinzas, técnica utilizada até os dias atuais (MAZIN et al., 2016). Porém, o Departamento Norte-americano de Agricultura (USDA) (2023), define a agricultura orgânica como um sistema que se destaca por evitar ou minimizar o uso de insumos sintéticos, como fertilizantes, pesticidas, hormônios e aditivos alimentares. Em vez disso, baseia-se em práticas como rotação de culturas, uso de resíduos de culturas, adubos animais, resíduos orgânicos provenientes de fora da exploração agrícola, aditivos de rochas minerais e sistemas biológicos para o fornecimento de nutrientes e proteção das plantas. Dessa

forma, ao privilegiar métodos orgânicos e evitar o uso de produtos químicos sintéticos, a agricultura orgânica visa promover a saúde do solo, a biodiversidade e a produção de alimentos mais saudáveis e seguros para os consumidores.

No entanto, para entender adequadamente o conceito de agroecologia, é necessário conhecer sobre outras três abordagens relacionadas: agricultura biodinâmica, agricultura natural e permacultura. Segundo Mazin et al. (2016) em 1920, na Alemanha, Rudolf Steiner fundou a agricultura biodinâmica com base em seus estudos da antroposofia. Essa abordagem filosófica reconhece a propriedade como um organismo vivo e dinâmico, colocando ênfase na relação entre seres humanos, terra e cosmo, e aplicando os princípios dos preparados biodinâmicos. Em 1936, no Japão, Mokiti Okada desenvolveu a agricultura natural, uma abordagem que se baseia nas leis naturais e busca interferir o mínimo possível no funcionamento dos ecossistemas. Em 1970, Bill Mollison criou a permacultura, um sistema de design ecológico que visa criar ambientes sustentáveis, utilizando recursos locais, gestão energética e fluxo eficiente de insumos. Com isso, ao compreender esses três pilares, pode-se obter uma visão mais completa e aprofundada da agroecologia.

O conceito de agroecologia se fortalece com a inclusão de estudos sociológicos que apontam para transformações sociais sustentáveis na estrutura agrícola e produtiva, buscando o bem-estar humano e a harmonia com a natureza em uma relação dialógica. Isso significa incorporar e adotar o valioso conhecimento e as práticas da agricultura tradicional, em conjunto com avanços tecnológicos, resultando em uma síntese em que esses avanços convergem, tanto por parte das comunidades rurais e trabalhadores do campo, como também dos especialistas e pesquisadores, em um processo colaborativo de construção do saber (MAZIN et al., 2016).

Guhur e Silva (2021) comentam em seu estudo que a agroecologia tem sido reconhecida e apoiada por diversos atores sociais, organizações e instituições de pesquisa e ensino. Ela é uma ciência que busca compreender e aplicar os princípios de sustentabilidade e equilíbrio entre a atividade agrícola e a natureza. Além disso, a agroecologia é apresentada como uma abordagem que pode ser entendida de diferentes maneiras, desde um enfoque mais restrito, relacionado a campos agrícolas individuais, até uma perspectiva mais ampla, que abrange todo o sistema agroalimentar e promove a reavaliação da relação sociedade-natureza. Em todos os

níveis e dimensões, a agroecologia busca se opor a práticas, abordagens ou concepções que não estejam alinhadas com seus princípios de sustentabilidade e justiça socioambiental.

Machado (2014) ainda relata em seu livro que, a agroecologia é um método de produção agrícola que valoriza os conhecimentos tradicionais e integra avanços científicos e tecnológicos de forma sustentável, em harmonia com o meio ambiente. Esse método permite a produção de alimentos e produtos livres de pesticidas e contaminantes. Ademais, ela tem a capacidade de garantir a qualidade da produção em qualquer escala, indicando sua viabilidade tanto para sistemas de pequena escala como para sistemas de maior porte.

A agroecologia possui dois pilares, de acordo com Costa Neto (2000). O primeiro envolve aspectos técnicos e científicos relacionados ao ciclo de nutrientes, interação com pragas e plantas, e sucessão ecológica nos sistemas agrícolas. O segundo pilar diz respeito à influência sociocultural nos sistemas produtivos, multiplicando os saberes tradicionais e valorizando a organização coletiva.

Os agricultores familiares são fundamentais na formação dos movimentos sociais do campo, conforme destacado por Perez-Cassarino (2011), e têm na prática da agroecologia sua sobrevivência e reprodução social. Com isso, diversas motivações impulsionam a escolha pela agroecologia, como a busca por agregação de valor, motivos éticos, organização comunitária e mobilização política. Essas e outras situações podem levar as famílias a realizar a transição agroecológica. Através das práticas agroecológicas, os pequenos produtores familiares encontram uma direção à autonomia, a valorização do conhecimento tradicional e a resistência às práticas de um modelo agrícola convencional que geram impactos negativos para o meio ambiente e a saúde humana.

3.2 Assistência à produção orgânica de base agroecológica no Oeste do Paraná

Os Movimentos Sociais Rurais, incluindo o MST, têm incorporado em suas pautas temas socioambientais, como preservação ambiental, defesa da biodiversidade, culturas locais e agroecologia. Essas questões se tornaram centrais em suas lutas políticas (PICCIN; PICCOLOTTO, 2007). Nesse contexto, o MST tem desempenhado um papel ativo na promoção dessas pautas, no qual, destaca-se sua

participação nos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) e na organização da Jornada de Agroecologia no Paraná, juntamente com outros Movimentos Sociais da Via Campesina⁷. Esses eventos são importantes para a difusão de conhecimentos e mobilização em prol da agricultura ecológica, impulsionando práticas agrícolas mais sustentáveis e justas (BARCELLOS, 2010).

Conforme a cartilha da Jornada de Agroecologia do Paraná (2019), o primeiro encontro ocorreu em Ponta Grossa – PR em 2001, onde houve um processo colaborativo que envolveu mais de 30 Organizações Sociais. Esse diálogo abrangente reuniu Movimentos Sociais Populares do Campo, Movimento Sindical da Agricultura Familiar e de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Associações e Cooperativas da Agricultura Familiar, Pastoral da Terra e da Juventude Rural, Rede ECOVIDA, Organizações Não-Governamentais, organizações de estudantes, assim como profissionais técnicos, acadêmicos e pesquisadores. Além disso, esse evento recebeu apoio valioso de Secretarias Municipais e Estaduais, Ministérios, Empresas Estatais e Cooperação Internacional.

A Jornada teve como objetivos: articular organizações comprometidas com a Agricultura Familiar e Camponesa Ecológica; ampliar a visibilidade política dessa abordagem; intervir na implantação de políticas públicas; combater o uso de transgênicos e agrotóxicos; destacar a importância da Agricultura Familiar para o abastecimento alimentar e fortalecer a organização entre agricultores e consumidores em sistemas justos de abastecimento alimentar.

Dessa forma, Scarpari e Zimmermann (2021) asseguram que a dimensão social da agroecologia abrange a ação coletiva de produtores e consumidores, que trabalham juntos na construção de redes de trabalho. Essas redes visam desenvolver processos de produção e circulação de alimentos que se diferenciam do modelo agrícola convencional. Assim, a formação de redes de trabalho colaborativas desempenha um papel fundamental ao promover programas e projetos de desenvolvimento rural sustentável nos territórios, com base nos princípios da agroecologia.

No entanto, um diagnóstico realizado pelo Instituto Emater-PR revelou que a falta de assistência técnica especializada era o principal obstáculo para a agricultura

⁷ A Via Campesina é uma rede global de movimentos camponeses que busca solidariedade e reconhece a diversidade agrícola. Seus objetivos são promover um modelo agrícola que garanta a soberania alimentar como direito dos povos, preservar os recursos naturais e promover igualdade de gênero (ZANOTTO e FLORES, 2021).

de base ecológica na região. Dessa maneira, a formação de uma Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na região Oeste do Paraná, nos anos 2000, influenciou significativamente o desenvolvimento da produção agroecológica e a organização social dos agricultores familiares em Foz do Iguaçu (TOLEDO; MERTZ, 2006).

Nessa mesma região, o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) foi fundamental para promover ações coletivas na produção e comercialização de produtos agroecológicos, atuando com base nos princípios da agroecologia, e oferecendo aos agricultores familiares da região assistência técnica especializada na transição do sistema convencional para práticas agroecológicas. Além disso, o Coletivo Agroecológico da Fronteira (CAF) foi criado em 2017, oferecendo informações aos consumidores locais sobre os canais de acesso a alimentos agroecológicos e o reconhecimento dessas iniciativas ocorreu por meio da formação do Grupo Ecoiguaçu, ligado à Rede Ecovida de Agroecologia (SCARPARI; ZIMMERMANN, 2021).

As mesmas pesquisadoras sustentam que, em comparação aos agricultores familiares da Associação Central dos Mini e Pequenos Produtores Ecológicos (ACEMPRE) em Marechal Cândido do Rondon, na qual iniciaram sua organização nos anos 1990, o Grupo Ecoiguaçu em Foz do Iguaçu é relativamente recente. Assim, surgindo como uma demanda de agricultores inicialmente associados à Associação de Produtores Rurais Familiar de Foz do Iguaçu (APROFFOZ), o Grupo Ecoiguaçu formalizou sua participação no Núcleo Oeste da Rede Ecovida.

A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares, organizações de assistência técnica e consumidores nos estados do Sul do Brasil. Com coordenações estaduais, os núcleos regionais são compostos por cooperativas, associações e grupos informais, como o núcleo Oeste, ligado ao CAPA em Marechal Cândido Rondon. A partir dessa iniciativa, surgiu o primeiro grupo de agricultores familiares agroecológicos em Foz do Iguaçu. Essa organização busca promover uma certificação participativa em rede, contrapondo-se ao modelo tradicional de auditoria externa. Com mais de 20 anos de experiências concretas, ela valoriza a produção de alimentos livres de agroquímicos, o respeito ao meio ambiente, a solidariedade, a cooperação, o resgate da cultura local e a valorização das pessoas e da vida (SANTOS, 2004).

Posto isso, com base no estudo de Candido (2015), a APROFFOZ surgiu para representar os agricultores familiares locais, visando o acesso a políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 2011, a APROFFOZ se uniu a outras associações para criar a Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná (COAFASO), sediada em Foz do Iguaçu, que permitiu aos produtores participarem dos programas PAA e PNAE. Além disso, foram organizados centros de comercialização de produtos orgânicos em diversos municípios da região, como Santa Terezinha de Itaipu, Medianeira e Missal.

3.3 A relação entre os movimentos sociais do campo e a agroecologia: impactos para o desenvolvimento sustentável na região

Essa relação dialógica impacta positivamente diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável na região Oeste do Paraná. Esses movimentos representam uma forma de organização coletiva e mobilização social que busca confrontar desafios históricos vividos pelas comunidades rurais, como a concentração de terras, a falta de acesso a recursos produtivos e as condições precárias de trabalho.

Nesse sentido, pretende-se abordar neste último tópico alguns dos impactos mais relevantes relacionados à temática em questão. É importante ressaltar que, embora a análise se concentre em aspectos selecionados, é reconhecida a existência de uma ampla gama de outros efeitos que também desempenham um papel significativo.

Dito isto, o primeiro aspecto é a saúde, um tema crucial da relação entre os movimentos sociais rurais e a agroecologia. Dessarte, a produção de alimentos agroecológicos contribui para a melhoria da qualidade nutricional, reduzindo a exposição a agrotóxicos e promovendo uma alimentação mais saudável. Além disso, a agroecologia valoriza práticas de manejo sustentável, evitando a contaminação dos recursos naturais e a degradação ambiental, o que beneficia a saúde das comunidades rurais.

Dessa maneira, Dias e Carneiro (2021) destacam que a agroecologia tem sido abraçada por movimentos sociais participantes da Via Campesina, dentre eles, o MST, além de contar com a participação ativa de sindicatos de trabalhadores rurais e

organizações como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), reunindo técnicos, professores, pesquisadores, estudantes e agricultores. Essas iniciativas reconhecem os agricultores e agricultoras como educadores e protagonistas, valorizando seus saberes e práticas em saúde, que incluem os cuidadores populares, raizeiros, parteiras, benzedadeiras e os conhecimentos transmitidos de geração em geração, como o uso de remédios caseiros à base de ervas medicinais. Essa valorização não nega a importância dos serviços públicos de saúde, mas busca promover o diálogo entre diferentes racionalidades de cuidados, impactando a determinação social da saúde e enfatizando a saúde como um direito fundamental e não uma mercadoria.

Consequentemente, a promoção da soberania e segurança alimentar, isto é, a agroecologia, incentivada pelos movimentos sociais rurais juntamente com seus canais de assistência, valoriza a produção local de alimentos saudáveis, diversificados e livres de agrotóxicos. Isso fortalece a autonomia das comunidades rurais em relação à dependência de alimentos produzidos de forma industrial, garantindo o acesso a uma alimentação adequada e nutritiva.

Sendo assim, de acordo com Bezerra (2021), a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (SSAN) é baseada no direito de todos e todas a terem acesso regular e contínuo a uma alimentação adequada e saudável, sem que isso comprometa outras necessidades essenciais para a vida. O autor explica que, para alcançar esse objetivo, é fundamental adotar sistemas agroalimentares agroecológicos que valorizem práticas e técnicas que respeitem tanto os direitos humanos quanto a natureza. Além disso, é importante preservar e orientar as práticas de produção e consumo dos diferentes povos, sejam eles das áreas urbanas, rurais, florestais ou aquáticas. Essas práticas devem priorizar a saúde e bem-estar, e é nesse contexto que a agroecologia se destaca como uma ciência, uma abordagem prática e um movimento que se alinha com os princípios da SSAN.

Além disso, esse elo entre os movimentos sociais rurais e a agroecologia tem um impacto especial no fortalecimento e empoderamento das mulheres no campo. O papel delas na agricultura familiar e na agroecologia é fundamental, e os movimentos sociais têm promovido a participação ativa delas em todas as etapas do processo produtivo. Isso contribui para a equidade de gênero, o reconhecimento do trabalho das mulheres e a valorização de seus conhecimentos tradicionais.

Para Seibert et al. (2021, p.412) as mulheres camponesas têm um papel fundamental na produção de alimentos, sendo responsáveis por mais de 45% da produção no Brasil e chegando a aproximadamente 80% em outros países da América Latina e Caribe. Com isso, o empoderamento dessas mulheres não apenas busca uma maior justiça social, mas também pode garantir a segurança alimentar global e impulsionar em até 30% a produção agrícola. Para elas, a agroecologia faz parte integral de seu modo de vida, representando a forma ancestral de agricultura antes mesmo da propriedade privada ser estabelecida.

O trabalho desempenhado por mulheres camponesas, indígenas e negras é de extrema importância para fortalecer a autonomia e a soberania do movimento camponês, defender os territórios e preservar a natureza. Dessa maneira, a luta das mulheres pela agroecologia tem um caráter anticapitalista, buscando valorizar suas vivências diárias e ressignificar seu papel, destacando o valor social de seu trabalho e construindo novas relações entre gêneros na esfera da produção e reprodução da vida no campo (Movimento das Mulheres Camponesas, 2018).

A geração de renda também é um ponto importante dessa relação. Isto é, a produção agroecológica diversificada e a comercialização local, gerada pelos movimentos e cooperativas, proporcionam fontes de renda alternativas e mais estáveis para os agricultores familiares. Por consequência, reduz a dependência de monoculturas de commodities e cria oportunidades econômicas sustentáveis no campo.

Segundo Freitas et al. (2022) os Grupos de Consumo Responsável (GCR) surgem como um dos canais de comercialização relevantes nesse contexto. Os GCR reúnem consumidores e fornecedores que compartilham os princípios da agroecologia, economia solidária e agricultura familiar. Esses grupos fortalecem os laços de confiança entre os participantes, incentivando a troca de conhecimentos, a reflexão e a transformação de hábitos e costumes. Ao reunir consumidores engajados e fornecedores comprometidos, os GCR contribuem para estabelecer uma relação direta entre produtor e consumidor, promovendo a valorização dos alimentos agroecológicos, a sustentabilidade econômica dos agricultores familiares e a construção de uma economia mais justa e resiliente no campo.

A agroecologia fundamenta-se nos princípios dos processos ecológicos presentes nos agroecossistemas, assim, contribuindo para a conservação da biodiversidade. Ao praticar a agroecologia, como a diversificação de cultivos e o

manejo sustentável dos recursos naturais, os movimentos sociais do campo ajudam a preservar e valorizar a variedade de espécies vegetais e animais presentes nos ecossistemas rurais da região.

Diante disso, Burg (2021) afirma que as práticas de manejo em agroecossistemas podem incrementar as interações entre organismos, resultando em benefícios como o aumento da biodiversidade funcional e um equilíbrio dinâmico. A diversificação de espécies animais e vegetais promove efeitos positivos, como o aumento da população de inimigos naturais, maior disponibilidade de alimento e abrigo, e dificuldades na localização do hospedeiro por insetos especialistas. Isso contribui para a coexistência e reduz a competição no agroecossistema.

Por outro lado, a ação humana causa uma taxa anual de extinção de espécies de 50 a 100 vezes superior aos índices naturais. Essa perda de biodiversidade ocorre devido à preferência pela monocultura, tornando essencial protegê-la por meio de práticas como a rotação de cultura, o plantio direto, o respeito às culturas locais, a não utilização de agrotóxicos, a proteção do solo contra a erosão e a promoção da sucessão animal-vegetal, entre outras medidas (MACHADO, 2014).

A preservação do solo, como defendido intensamente pela agrônoma Ana Maria Primavesi em sua obra “Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais”, é um princípio fundamental da agroecologia. Os movimentos sociais rurais têm trabalhado para disseminar técnicas de conservação do solo, como a utilização de cobertura vegetal, adubos verdes e rotação de culturas. Essas práticas contribuem para a fertilidade do solo, evitam a erosão e promovem a sustentabilidade dos sistemas agrícolas.

Nesse contexto, Cardoso (2008) descreve que o manejo agroecológico dos solos desempenha um papel crucial na promoção da saúde e da fertilidade do solo, bem como na proteção das culturas contra doenças e pragas. Ao adotar práticas agroecológicas, os agricultores têm a oportunidade de favorecer os processos naturais e as interações biológicas presentes no solo. A presença de diferentes espécies vegetais, animais e microrganismos cria um equilíbrio biológico que resulta em benefícios para a ciclagem de nutrientes e a melhoria da qualidade dos alimentos produzidos (PRIMAVESI, 2006). Ademais, o manejo agroecológico reduz as perdas de solo e de água, especialmente em solos tropicais, onde a erosão pode ser um desafio significativo. Ao promover a conservação do solo e a retenção de água, essas práticas contribuem para a estabilidade dos agroecossistemas e

minimizam a necessidade de insumos externos, como fertilizantes químicos e pesticidas (CARDOSO; MANCIO, 2021).

Além disso, os mesmos autores relatam que o manejo agroecológico não apenas melhora a qualidade dos solos, mas também reconhece o papel essencial dos agricultores familiares como guardiões da saúde do solo. Eles desempenham um trabalho dedicado e necessário para a formação e manutenção de solos saudáveis. Assim, os agricultores familiares, através do manejo agroecológico, demonstram seu compromisso em preservar essa comunidade e, conseqüentemente, garantir a sustentabilidade dos sistemas agrícolas.

Outro aspecto importante é a educação no campo. Os movimentos sociais rurais têm investido na educação voltada para a realidade e necessidades das comunidades rurais. Eles proporcionam a formação agroecológica, capacitando camponeses e camponesas com conhecimentos práticos e teóricos sobre técnicas sustentáveis de produção. Ainda, incentivam a educação das crianças e jovens no campo, desenvolvendo a cultura local e o progresso de habilidades adequadas ao contexto rural.

Quando os reassentados pela Crabi vieram para cá (Oeste do Paraná), tiveram um grande crescimento na questão organizativa, no trabalho em grupo, com reuniões periódicas e planejamento. Nós começamos a trabalhar com orgânicos, onde houve processo de formação com uns grupos que trabalharam com agricultura orgânica, grupos de jovens começaram a produzir frutas, hortaliças. Assim, garantiram nesta área nova, casas com padrão habitacional e também um galpão para gado leiteiro, suinocultura. Outros assentados tiveram acesso maior à educação formal, embora tivessem na região de origem, após os assentamentos, houve uma intensificação nesse aspecto de educação, principalmente a nível de ensino médio (CÂMARA, 2021).

A Educação do Campo é uma batalha travada pelos habitantes e trabalhadores rurais para assegurar o seu acesso à educação pública. Historicamente, esse acesso tem sido negado ou oferecido de forma precária, sem levar em consideração suas necessidades e violando outros direitos essenciais. Entretanto, a Educação camponesa é uma prática social e uma concepção que surgiu no Brasil há duas décadas, graças à mobilização de diversos grupos, como trabalhadores rurais, comunidades indígenas, quilombolas e sem-terra. Essa forma de educação busca não apenas o acesso, mas também a participação ativa dos indivíduos do campo nos processos educacionais, fortalecendo a unidade política e organizacional (CALDART, 2021).

Isto posto, a mesma pesquisadora afirma que a Educação do Campo se conecta com a agroecologia, que representa um processo de transformação agrícola fundamentado na valorização da vida e na conservação da natureza. É uma contribuição proveniente do trabalho camponês para a emancipação humana e a restauração da relação entre sociedade e natureza, prejudicada pelo sistema capitalista. A agroecologia e a Educação do Campo compartilham uma base comum no trabalho rural e tendem a se desenvolver em conjunto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas análises que se fez no primeiro capítulo percebeu-se que as políticas fundiárias e ambientais no Brasil passaram por diferentes marcos históricos. Nesse sentido, a Lei de Terras de 1850 contribuiu para a concentração fundiária e a prática de grilagem, enquanto o Estatuto da Terra estabeleceu regras para a posse e propriedade, incluindo a reforma agrária. Dessa forma, os movimentos sociais rurais estão conquistando avanços, gerando mudanças significativas e despertando a consciência para uma distribuição mais justa das terras. Com mobilizações e resistência, eles inspiram esperança e avançam rumo a um sistema fundiário mais inclusivo e responsável.

No campo ambiental, apesar dos avanços, é fundamental reconhecer que o processo de implementação dessas políticas tem sido lento e gradual. Questões estruturais, interesses econômicos e falta de apoio político têm limitado a efetividade das ações voltadas para a conservação da biodiversidade e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis. É necessário um maior comprometimento e investimento por parte do governo, bem como uma maior conscientização e engajamento da sociedade civil para acelerar esse processo e alcançar resultados mais significativos em termos de preservação ambiental e segurança alimentar.

No segundo capítulo observou-se que, no estado do Paraná, as lutas camponesas têm uma longa história de resistência. No entanto, apesar dos avanços e conquistas alcançados pelos movimentos sociais rurais, as estruturas agrárias profundamente desiguais e concentradoras no Brasil ainda persistem. A luta por uma reforma agrária efetiva e por condições dignas de trabalho e qualidade de vida no campo continua sendo um desafio.

O mesmo capítulo ainda enfatiza a importância da organização dos assentados para os movimentos sociais rurais e destaca que essas organizações são consideradas instrumentos fundamentais de ação coletiva. Essas organizações reúnem diferentes grupos e pessoas de forma estável, com o objetivo de buscar metas coletivas e resolver problemas que só podem ser solucionados por meio da ação conjunta.

Diante disso, constatou-se que nos anos de 1980, ocorreu uma convergência entre a revolução verde e a inundação do lago de Itaipu, resultando em um processo semelhante de desapropriação. Esse evento foi o epicentro para a construção do Mastro, por meio da iniciativa da Igreja Católica e a CPT, principalmente na região Oeste, incluindo o surgimento da CRABI, auxiliando as comunidades afetadas pelas barragens.

A história da região oeste, especialmente no contexto rural, muitas vezes foi contada apenas sob a perspectiva das colonizadoras e baseada nos documentos dessas empresas. Essa abordagem histórica negligencia os conflitos e retrata uma narrativa linear que enfatiza personagens e empresas privadas. Com isso, é crucial revisitar e ressignificar a história da região Oeste do Paraná, principalmente no que diz respeito à vivência das pessoas comuns e à luta pelos direitos e justiça social.

Relativo ao terceiro capítulo, a educação no campo e o debate constante acerca da agroecologia nos assentamentos têm um papel fundamental de uma transição agroecológica efetiva. Com isso, ao capacitar os assentados, disseminar conhecimentos e fortalecer a troca de experiências, essas práticas contribuem para a construção de sistemas agrícolas mais sustentáveis e socialmente justos, diferentemente do sistema convencional.

Deveriam ser realizadas pesquisas mais aprofundadas sobre as possibilidades de transição agroecológica na região, bem como o fortalecimento das redes de apoio aos produtores. Isso porque, na feira do produtor rural no município de Medianeira, é possível encontrar produtores que vivem em assentamentos. Um desses produtores é responsável pela produção de leite proveniente do assentamento Sávio. Já o outro produtor presente na feira é especializado na produção de mandioca orgânica, proveniente do assentamento Antônio Companheiro Tavares localizado em São Miguel do Iguaçu. Dessa maneira, há pouca viabilização dos assentados na produção e na comercialização, tornando-se um desafio. Através de pesquisas detalhadas, é possível entender melhor o contexto

local, identificar as potencialidades e as limitações para a aplicação das práticas agroecológicas e proporcionar o desenvolvimento de estratégias adequadas.

Além disso, é fundamental fortalecer as redes de apoio que já existem, concedendo assistência técnica especializada, formação, acesso a financiamento e mercados, bem como certificando produtos agroecológicos e facilitando a troca de conhecimentos e experiências entre os produtores. Portanto, essas iniciativas são indispensáveis para superar os obstáculos e propiciar uma transição agroecológica justa e resiliente na região.

A relação com a agroecologia é mais do que um modelo de produção agrícola, é uma questão de consciência para aqueles que buscam avançar em direção a um sistema sustentável e saudável. Porém, mesmo nos assentamentos, onde a produção para a sobrevivência é essencial, ainda existem modelos convencionais de agricultura, no entanto, a escolha por um modelo de produção agroecológico nos assentamentos reflete uma busca por uma visão mais adequada em relação à saúde e alimentação. Embora a agroecologia ainda seja considerada um conceito novo e complexo, onde exige maior dedicação e mão de obra, muitos reconhecem que os benefícios a longo prazo superam os desafios iniciais.

A agroecologia não se limita apenas à produção de alimentos, mas também favorece a conservação dos recursos naturais, a diversidade biológica e cultural, propicia um ambiente mais justo entre homens e mulheres, além de fortalecer os laços entre os agricultores e suas comunidades. Portanto, a conscientização sobre a importância da agroecologia e o reconhecimento desse enfoque representa um passo significativo rumo a sistemas alimentares mais saudáveis, resilientes e em harmonia em prol do desenvolvimento rural sustentável.

FONTES ORAIS

CÂMARA, Roberto. Entrevista concedida em 04 de maio de 2023. Realizada por Guilherme da Silva Couto, no Campus da UTFPR em Medianeira/PR.

KAMER, Afonso. Entrevista concedida em 05 de maio de 2023. Realizada por Guilherme da Silva Couto, na residência do depoente em Medianeira/PR.

TURCATEL, Teolide Parizotto. Entrevista concedida em 04 de maio de 2023. Realizada por Guilherme da Silva Couto, no Centro Popular de Saúde Yanten em Medianeira/PR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formação do discurso da agroecologia no mst.** 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, UFRRJ, Seropédica, RJ, 2010.

BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: para quê? Para quem?** São Paulo: Livraria da Física, 2003.

BEZERRA, Islandia. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo e Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2021. p. 718.

BORGES, Juliano Luis. **A transição do MST para a agroecologia.** 183 f. Dissertação (Pós-graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, Presidência, 1964.

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. **Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm. Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 09 jun. 2023.

BRENNEISEN, ELIANE C. **Relações de poder, dominação e resistência: O mst e os assentamentos rurais.** Cascavel: Edunioeste, 2002. 300 p. (Coleção Thésis).

BRUNO, Regina. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra: A nova face política das elites agroindustriais no Brasil.** Rio de Janeiro, Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

BURG, Inês Claudete. Interações Ecológicas. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo e Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2021. p. 461.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo e Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo e Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2021. p. 355.

CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. **A Teologia da libertação no Brasil: Das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade.** In: **seminário de pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, 2., 2011, Goiânia.** Anais [...] . Goiânia: UFG, 2011. p. 1-8.

CÂNDIDO, João Ernesto Pelissari. “**Sabores de Foz: do produtor a sua mesa**” um estudo sobre a alimentação entre agricultores familiares em Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu, Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – UNILA, 2015.

CARDOSO, Irene. O solo vive. In: **Manejo sadio dos solos**. Agriculturas, v. 5, n. 3, p. 4-6, set. 2008.

CARDOSO, Irene; MANCIO, Daniel. Solos. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo e Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2021. p. 724.

COSTA NETO, Canrobert. **Ciência e Saberes: Tecnologias convencionais, em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre. Vol. 1, N° 2, 2000.

DIAS, Alexandre Pessoa; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo e Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2021. p. 680.

DERROSSO, Giuliano; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. O papel da Crabi no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no estado do Paraná. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 47, p. 133-155, 25 maio 2012.

FABRINI, JOÃO E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terras**. Cascavel: Edunioeste, 2003. 275 p. (Coleção Thésis).

FABRINI, João E.; ROOS, Djoní; MARQUES, Erwin B.. A espacialização da luta pela terra no Paraná. **Espaço Plural**, Paraná, p. 33-41, 2007.

FREITAS, I.; PINHO, T.; LOPES, R.; CALDASSO, L.; MASCARENHAS, T.; GUATIMOSIM, E. **COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO NA PRÁTICA:: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE CONSUMO RESPONSÁVEL JERIVÁ**. Revista Brasileira de Agroecologia, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 101–111, 2022. DOI: 10.33240/rba.v17i2.23559.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo e Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2021. p. 816.

JORNADA DE AGROECOLOGIA DO PARANÁ. **18ª Jornada de Agroecologia [cartilha]**. Curitiba, 2019. 69 p. Disponível em: http://https://br.boell.org/sites/default/files/2020-03/Cartilha-Jornada-_2019-web.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

LAZZARETTI, MIGUEL Â. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: Processos de organização dos trabalhadores rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2003. 151 p. (Coleção Thésis).

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MARIN, Roberto. **Terra e Povo: Uma história de Medianeira**. Em fase de pré-publicação.

MAZIN, Ângelo Diogo et al (org.). **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. 496 p.

MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná**: Gernote Kirinus, Adriano Van de Ven e Werner Fuchs. Campo Mourão: Facilcam, 2009. 116 p.

MIRANDA, E. L.; FIÚZA, A. L. C. Movimentos sociais rurais no Brasil: O estado da arte. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 1, p. 123–136, 2017.

MOCELLIN, R. **História Concisa do Paraná**. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018. v. 1. 314p.

MORAES JUNIOR, Leozil Ribeiro de. **Mastro: A formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990)**. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **Feminismo Camponês e Popular [cartilha]**, 2018. Disponível em: http://https://www.iis.unam.mx/wp-content/uploads/2020/10/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

MST. **A cooperação agrícola nos assentamentos**. Caderno de formação nº 20. São Paulo, 1993. 56 p.

MST. **Cooperativas de produção: questões práticas**. Caderno de formação nº 21. São Paulo, 3ª ed., junho de 1997. 101p.

PÁDUA, J. A.. **As bases teóricas da história ambiental**. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **A Construção Social de Mecanismos Alternativos de Mercados no Âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - UFPR, 2012.

PICCIN, M.B.; PICOLOTTO, E.L. **A luta e o processo de gestão de novos conhecimentos: agricultores sem-terra e Agroecologia**. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, SBS, 2007.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo**. 18. ed. São Paulo: Nobel, 2006.

RAHMEIER, D. **Agricultura Familiar na Mesorregião Oeste do Paraná: cooperativismo como forma de integração para a sustentabilidade dos estabelecimentos familiares**. 2016. 155f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE – Toledo-PR

RIBEIRO, Maria de F. B. **Memórias do concreto**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

ROOS, Djoni. **As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da “Reforma Agrária” brasileira.** GeoGraphos. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2 de enero de 2013, vol. 4, nº 31, p. 1-18. [ISSN: 2173-1276].

RORIZ, Pedro Augusto Costa, FEARNSIDE, Philip Martin. A construção do Código Florestal Brasileiro e as diferentes perspectivas para a proteção das florestas. *Novos Cadernos NAEA*. v.18, n.2, p.51-68, jun-set. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1866>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

SCARPARI, K. A.; ZIMMERMANN, S. A. **Agroecologia: a experiência de organização social de agricultores familiares em Foz do Iguaçu/PR.** *Revista Campo-Território, Uberlândia*, v. 16, n. 41 Ago., p. 20–42, 2021. <http://dx.doi.org/10.14393/rct164102>.

SEIBERT, Iridiani; Graciele; GUEDES, Lizandra; MAFORT, Kelli. Feminismo Camponês e Popular. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo e Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2021. p. 412.

SILVA, E. C. DE A. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 480-500, dez. 2018.

SANTOS, L. C. R.. **Rede Ecovida de Agroecologia e certificação participativa em rede: uma experiência de organização e certificação alternativa junto à agricultura ecológica no Sul do Brasil.** In: Angela Küster, Jaime Ferré Martí, Udo Fickert. (Org.). *Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste*. 1ed. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004, v. , p. 125-146.

TOLEDO, M.; MERTZ, U. T. **Rede de Assistência Técnica em Agricultura Orgânica: Uma experiência de trabalho em parceria no Oeste do Paraná.** Prêmio Extensão Rural: EMATER Paraná, 2006.

ZANOTTO, Rita; FLORES, Viviana Rojas. La Via Campesina. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo e Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2021. p. 478.